

CIÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O CONGRESSO DE 1905

Hugo Rogélio Suppo*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

RESUMO – Este artigo preocupa-se em refletir sobre o papel dos congressos científicos internacionais no âmbito das relações internacionais. A análise específica do 3º Congresso Científico Latino-Americano evidencia o interesse do governo brasileiro em instrumentalizar esse evento com objetivos geopolíticos e de propaganda. Ao mesmo tempo, o artigo procura levantar questões relativas ao embate entre as duas imagens construídas para definir a América do Sul: o latino-americanismo, que define o próprio 3º Congresso Científico e o panamericanismo, de inspiração norte-americana. Nesse sentido, a diplomacia brasileira, no início do século XX, privilegia a imagem de um Brasil americano e não latino.

ABSTRACT – This paper discusses the role of international scientific conferences in the field of Foreign Affairs. The specific analysis of the III Latin American Conference clearly shows Brazilian Government's craving to change the Conference into an instrument of geopolitics and propaganda. Meanwhile, the author investigates the dispute about both the existing symbols defining the meaning of the continent of South America: Latin Americanism which elucidates the III Congress it self, and Pan-Americanism of North American inspiration. In the early XX Century, in line with this piece of reasoning, the Brazilian State Department's esteem goes to the North American Brazil's symbol instead of the Latin American one.

OS CONGRESSOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS

O desenvolvimento do capitalismo no século XIX transforma radicalmente a sociedade internacional. Por sua vez, as profundas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas trazem com elas a crença no valor absoluto da ciência, enquanto principal motor de desenvolvimento e progresso. Em consequência, o número mundial de cientistas aumenta consideravelmente ao longo do século, passando de aproximadamente dez mil, em 1850, a mais de cem mil, em 1900¹. Concomitantemente, cresce o número de publicações e de eventos: são realizados 50 congressos no período de 1840 a 1860, e 2.095 congressos entre 1901 e 1914². A maior parte dos congressos internacionais é de natureza científica³ e técnico-profissional⁴. O número de congressos de natureza política ou ideológica, assim como o número de congressos confessionais – muito importantes em meados do século XIX (aproximadamente 32% do total) – diminuem no início do século XX (aproximadamente 12%)⁵.

Nos primórdios da história dos congressos científicos, devido ao fato de as associações científicas serem muito jovens, era comum a ausência de uma coordenação internacional para os congressos. Dessa forma, a maioria desses congressos científicos apresentava uma coordenação de caráter nacional, mas com a participação de membros estrangeiros convidados. A cada congresso, o país organizador abrigava o evento, que acontecia, portanto, em diferentes capitais européias. É o caso, por exemplo, dos congressos de astronomia que, precocemente, em 1865, se autodenominam internacionais, apesar de serem

organizados pela *Astronomische Gesellschaft* alemã. Apenas uma segunda categoria de congressos, ligados a disciplinas mais institucionalizadas – as matemáticas e a medicina –, terá desde o início um caráter verdadeiramente internacional⁶.

Por um lado, esses sucessivos congressos são vistos como intrínsecos à atividade científica, eminentemente internacional e cooperativa. A realização de congressos constitui uma etapa necessária ao progresso da ciência e é nesse sentido que os historiadores os consideram como uma necessidade histórica inerente ao funcionamento e ao desenvolvimento do conhecimento científico. O próprio desenvolvimento de novas técnicas exige a elaboração de uma regulamentação unificadora internacional, tal como foi feito, por exemplo, pela União Postal Internacional (1874) e pelo Bureau International de Poids et Mesures (1875).

Por outro lado, o papel importante dos Estados nos primórdios da cooperação científica torna-se reflexo e fonte de novos conflitos: cada país tenta impor suas concepções e padrões e, assim, defender seus interesses.

As ciências médicas e naturais, a história, a arqueologia, a antropologia, a estatística e a geografia são as primeiras disciplinas científicas a serem objetos de reuniões internacionais. Paralelamente, com a expansão colonial européia, no século XIX, surgem as primeiras sociedades de geografia (Paris, 1821; Londres, 1830; Berlim, 1828), que são intimamente ligadas à defesa dos interesses nacionais, num contexto onde a “divisão do mundo” é a prioridade das potências. O primeiro congresso internacional de “Sciences Géographiques, Cosmographiques et Commerciales” é realizado na Antuérpia, em 1871, e desde então vários outros congressos e conferências especiais são organizados para elaborar uma carta do mundo *au millionième*, tarefa que implica grandes interesses estratégicos. É assim que a constituição e a localização do Bureau International de la Carte du Monde será objeto de disputas acirradas entre as potências⁷.

Na América Latina, o papel da geografia foi, em primeiro lugar, fornecer os argumentos para as disputas limítrofes entre os países, elaborando as evidências que justificassem a política externa de cada país. Na Europa, a geografia também desempenha esse papel, e é nesse sentido que o geógrafo Emmanuel De Martonne acompanhou Georges Clemenceau como seu conselheiro, na Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, para orientar o estadista francês no traçado dos novos Estados da Europa central. Em segundo lugar, a geografia serve para justificar a expansão das fronteiras interiores dos novos Estados nacionais. Por exemplo, o Instituto Geográfico Argentino⁸ é fundado em 1879 por Estanislao Severo Zeballos, autor, em 1878, do livro-panfleto *La Conquista de 15.000 Leguas*, financiado pelo Ministério da Guerra, e escrito para justificar a chamada *Campaña al Desierto*, do general Roca. A geografia na Argentina nasce, então, a serviço do Estado, buscando justificar a expansão da “civilização” contra a “barbárie”, representada pelos indígenas, que foram brutalmente exterminados. O Instituto Geográfico Argentino será fortemente subsidiado pelo governo, que o encarrega, entre outras tarefas, de realizar um Atlas da República Argentina.

Após a Exposição Universal de 1889, que marcou o centenário da Revolução Francesa, fica claro para todos os Estados que esse espaço de representação poderia ser aproveitado com objetivos políticos. Organizar uma exposição de caráter universal, ou apenas participar dela, significa afirmar uma presença no sistema internacional⁹.

As mesmas observações podem ser feitas em relação aos congressos científicos internacionais que são, ao mesmo tempo, acontecimentos científicos, sociais e políticos. Entretanto, analisar sua significação em toda sua complexidade é uma tarefa difícil e que envolve riscos.

Os congressos são, em primeiro lugar, um acontecimento em que os participantes vivenciam bons momentos de confraternização, proporcionados pelos banquetes, discursos e mundanidades. Isto pode ser facilmente comprovado numa rápida leitura da programação desses eventos. E, nem sempre, as intervenções dos participantes estão à altura da coerência e da complexidade dos programas de trabalho apresentados. Em segundo lugar, a ciência não é neutra e os grandes encontros científicos internacionais refletem relações de força e se constituem palco de rivalidades entre as nações. Nesse sentido, pode-se

afirmar que o desenvolvimento científico e tecnológico é um fator que reflete um poder econômico e político, do qual decorre uma classificação na hierarquia dos Estados¹⁰.

Participar dos congressos internacionais faz parte de uma política que procura aumentar o prestígio dos países participantes. A distribuição geográfica dos congressos indica a reputação cultural das capitais¹¹ organizadoras e o número de participantes por país indica o seu grau de desenvolvimento científico. Lutas intensas nos bastidores precedem a escolha do país que será a sede de um organismo internacional e o comitê local que organiza um evento de caráter internacional se reveste de um grande poder, que pode servir a objetivos políticos. A vida científica nacional é também diretamente afetada, criando um novo lugar de representação e acirrando, freqüentemente, a luta entre as instituições tradicionais e as novas sociedades científicas, bem como os interesses em torno da promoção de uma disciplina, corrente ou cientista.

Brigitte Schoeder-Gudehus, ao estudar o comportamento dos cientistas nos anos de 1920, conclui que eles, sobretudo os alemães, “se consideravam em primeiro lugar como membros da elite nacional e, como tais, tinham o direito e a obrigação de se pronunciar sobre os problemas políticos¹²”. Estes cientistas colocavam antes de tudo, e com maior tenacidade que os próprios políticos, sua fidelidade à nação, relegando para um segundo plano as questões de ética e profissionais. O internacionalismo científico se submetia aos imperativos do patriotismo. O lema da Associação Francesa pelo Progresso da Ciência, por exemplo, era: “*Par la science, pour la patrie*”.

O 3º CONGRESSO CIENTÍFICO LATINO-AMERICANO

Na América do Sul, assim como vinha acontecendo na Europa, organizam-se, ao longo do século XIX, os primeiros congressos científicos. E, finalmente, na virada do século, acontece o 1º Congresso Científico Latino-Americano, realizado em Buenos Aires, em abril de 1898, por iniciativa da *Sociedad Científica Argentina*, no quadro dos festejos das “bodas de prata”. A *Sociedad Científica Argentina*, sociedade civil sem fins lucrativos, havia sido fundada em 1872 por Estanislao Severo Zeballos, advogado de formação e um dos fundadores do Instituto Geográfico Argentino, junto com um grupo de estudantes de ciências exatas da Academia Científica de Buenos Aires. No artigo 3º dos estatutos da associação, redigido por seu fundador, lê-se: “Procurar empenhosamente el adelanto de las mencionadas ciencias [ciências exatas, engenharia e técnica], procurando así honor y gloria para el país”. Desde o início, a associação contará com total apoio do Estado, talvez, em parte, devido às ligações de Estanislao Severo Zeballos, o protótipo do intelectual “orgânico” de sua época. Além de eleito várias vezes deputado nacional, Zeballos será ministro das Relações Exteriores em três oportunidades (1889-1890; 1891-1892; 1907-1908) e embaixador da Argentina nos Estados Unidos (1893-1896).

O Brasil não participa do 1º Congresso Científico Latino-Americano realizado em Buenos Aires. No 2º Congresso, realizado em Montevideu em março de 1901, o Brasil é representado extra-oficialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que envia Manoel Victorino Pereira (médico), Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna (jurista), João Barbosa Rodrigues (naturalista), Alfredo Lisboa (engenheiro) e Domingos Sergio de Carvalho (engenheiro agrônomo). Ao encerrar-se o 2º Congresso, é decidido, com o acordo do governo brasileiro, que a terceira reunião se realizaria no Rio de Janeiro, sendo designada para a sua organização uma comissão presidida pelo marquês de Paranaguá. Desde sua constituição, a Comissão conta com o total apoio do governo brasileiro, com o qual ela se sintoniza ao afirmar sua visão do papel do futuro congresso: “O Brasil vai empenhar-se, pois, em um certame altamente científico entre as nações latino-americanas, do qual somente lhe poderão provir vantagens e utilidades¹³”.

Por sua vez, a participação nesse tipo de evento faz parte das prioridades do novo ministro das Relações Exteriores (1902-1912), o barão do Rio Branco, que considera os congressos científicos internacionais não só como um fator de paz entre as nações, por desenvolver o “comércio intelectual” e

promover o mútuo conhecimento, mas também como um meio de propaganda nacional: “Nenhuma forma de propaganda oficial e tendenciosa vale essa espontaneamente exercida por homens de valor, convencidos, e alheios às paixões políticas¹⁴”. Além disso, para o ministro, o 3º Congresso Científico Latino-Americano poderia ser um meio para mudar a situação de dependência crônica dos países da região: “as ciências, as letras, as artes, toda a cultura do espírito entre nós é desnacionalizada, de sorte que nem mesmo nas chamadas ‘batalhas incruentas das idéias’ entramos com tensão de conquista e avassalamento¹⁵”. O 3º Congresso Científico Latino-Americano deveria contribuir para o desenvolvimento da região: “É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo¹⁶”. A República reafirmava assim, mais uma vez, sua vocação de quebrar o legado monárquico, retirando o Brasil do relativo isolamento no qual tinha sido mantido pelas demais Repúblicas do continente.

A “política de promoção da imagem” do Brasil no exterior não era nova¹⁷. O Império já havia contratado missões estrangeiras para fundar no país instituições educacionais, científicas e artísticas, tentando moldar a civilização brasileira ao modelo europeu, especialmente o francês. Ao minimizar a influência africana e apresentar a cultura e a civilização brasileiras como tendo raízes fundamentalmente francesas, as elites esperavam atrair imigrantes e capitais europeus. Os esforços de propaganda do Brasil eram constantes: o país participa, por exemplo, de praticamente todas as Exposições Internacionais a partir da Exposição Internacional no Palácio de Cristal, em 1851, em Londres. Entre os propagandistas brasileiros estavam, entre outros, o barão do Rio Branco, o barão de Santa Anna Nery e Eduardo Prado. Rio Branco interfere para que o verbete “Brasil” na *Grande Encyclopédie* – publicada em 1889, por ocasião da Exposição de Paris – tivesse mais espaço do que aquele que os editores reservaram à Inglaterra.

A República continuará com os esforços promocionais do Brasil no exterior, conservando a mesma temática do Império, acrescentada da luta contra o “mito” que opunha o clima tropical, responsável pela incidência de múltiplas doenças, ao sadio clima temperado. Alguns cientistas brasileiros contribuem para refutar esse mito. Entre eles Afrânio Peixoto, especialista em saúde pública, que escreve, em 1907, um panfleto argumentando que o problema da doença no Brasil era, como no resto do mundo, um problema de higiene. A República, ao erradicar a febre amarela, refutava na prática o mito. O novo governo pretendia, também, modernizar o país, empreendendo grandes projetos de obras públicas como, por exemplo, a remodelização do Rio de Janeiro. Gilberto Freyre fala mesmo de um “fenômeno”, no início do século XX, de “idealização do Itamaraty, dirigido pelo barão do Rio Branco, como órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente¹⁸”. O Itamaraty teria sido “uma espécie de ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e ministério também de Informação e Propaganda, de certo modo responsável pela “bonne presse” francesa; e às vezes inglesa em torno de valores brasileiros¹⁹”.

Nesse período, aumentou significativamente a participação brasileira em conferências internacionais: Congresso Sanitário de Montevideu (1904); Conferência de Genebra sobre a Cruz Vermelha (1906); Conferência do Açúcar, em Bruxelas (1906); Instituto Internacional de Agricultura, em Roma (1906); Conferência Internacional de Radiotelegrafia, em Berlim (1906); Conferência da Paz, em Haia (1907); Congresso Geográfico Internacional, em Genebra (1908); Congresso Médico Pan-Americano, na Guatemala (1908); Congresso Internacional dos Americanistas, em Viena (1908); 4º Congresso Internacional de Pesca, em Washington (1908); Congresso Internacional de Irrigação, em Albuquerque, Novo México (1908); Congresso Internacional de Indústrias de Refrigeração, em Paris (1908); 1º Congresso de Unidades e Padrões Elétricos, em Londres (1908); Congresso Científico Pan-Americano, em Santiago (1908); Conferência Telegráfica Internacional, em Lisboa (1908); 4ª Conferência Pan-Americana de Buenos Aires (1910)²⁰. Em setembro de 1907, Oswaldo Cruz participa do XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia – e da Exposição de Higiene, anexa a ele – em Berlim, em setembro de 1907. O Brasil, único país da América do Sul a se fazer apresentar neste evento, ganha o primeiro prêmio e

Oswaldo Cruz recebe a medalha de ouro das mãos da imperatriz da Alemanha. Esse inesperado sucesso, de enormes repercussões no Brasil, não passou despercebido ao Itamaraty:

Apanhado de surpresa, o governo, que acabara de expedir para a Europa uma milionária *comissão de propaganda* (ironicamente cognominada *áurea comissão*) para atrair imigrantes e capitais ao país, resolveu aproveitar a súbita notoriedade de Oswaldo Cruz para vender no exterior o peixe do *povoamento do Brasil*. Além de cumprir as missões diplomáticas de que o encarregou o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Cruz procurou consolidar, em proveito do instituto, as relações com os centros que estavam na vanguarda dos estudos de microbiologia²¹.

Oswaldo Cruz embarcou para os Estados Unidos, onde se encontrou com o presidente Theodore Roosevelt, e voltou ao Brasil como um “herói nacional que fizera a Europa se curvar ante o Brasil. O atestado de valor conferido pelo Velho Mundo aos trabalhos apresentados por Manguinhos converteu subitamente a *ciência* num importante ingrediente dos discursos patrióticos com que se auto-celebravam as elites da capital²²”.

Fizeram parte dessa “propaganda romanticamente patriótica”, orientada pelo barão do Rio Branco e destinada principalmente aos Estados Unidos e à Europa, a instrumentalização da imensa popularidade de Alberto Santos Dumont, na França, e dos sucessos alcançados no Brasil por Oswaldo Cruz, na luta contra a febre amarela, por Pereira Passos, na modernização da capital da República, pelo marechal Hermes da Fonseca, na reorganização do Exército, e pelo almirante Alexandrino de Alencar, na modernização da Marinha de Guerra. “O mito Santos Dumont tornou-se como nenhum outro, no Brasil do começo do século XX, parte do mito maior: o do progresso brasileiro pela ciência. [...] Mito que se assimila a um outro, o “mito do brasileiro valente, heróico, astuto, engenhoso e até genial²³”.

Thomas E. Skidmore considera o barão do Rio Branco “o mais famoso propagandista do Brasil” que, aproveitando todos os recursos do Itamaraty, como ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, fez um “trabalho gigantesco para apresentar uma imagem ‘civilizada’ do Brasil, empregando escritores em postos diplomáticos – principalmente na Europa – e induzindo ilustres figuras públicas da Europa a visitar o Brasil²⁴”. No entanto, conclui o brasilianista, “apesar de todas essas atividades, os governos brasileiros tinham sido menos enérgicos e menos eficazes do que os seus rivais argentinos na promoção da imagem do país no exterior entre 1890 e 1914²⁵”. Isto talvez explique, em parte, a grande rivalidade existente entre Rio Branco e Severo Zeballos.

De fato, a propaganda brasileira não estava orientada, prioritariamente, para os países da América Latina. Por sua vez, os demais países latino-americanos se ressentem com o fato de que o Brasil é o único país latino-americano a demonstrar simpatias pelos Estados Unidos durante a Guerra Hispano-Americana de 1898. A participação do Brasil no 3º Congresso Científico Latino-Americano, sediando o evento, se reveste de uma significação importante, pois indica uma abertura para a região. Responsável pela chamada “aliança não escrita” com os Estados Unidos, Rio Branco, no entanto, era consciente dos perigos que isso implicava: Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. [...] Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores²⁶.

Isto fará com que o alinhamento com os Estados Unidos não seja automático, sobretudo quando o interesse americano não se choca diretamente com o brasileiro. Dessa forma, o Brasil votará contra as grandes potências na II Conferência de Paz de Haia, em 1907, na qual dos 44 Estados participantes 18 eram latino-americanos. Nessa ocasião, observa Gilberto Freyre, o barão do Rio Branco teria mais uma vez se mostrado um mestre da propaganda brasileira no exterior, ao criar uma mística “em torno do ‘gênio’, da ‘cultura’, da ‘civilização’ brasileiras representadas pelo conselheiro Ruy Barbosa²⁷” que, como delegado do Brasil, inaugura a presença brasileira republicana em foros internacionais.



Legenda



Legenda

Assim, a diplomacia brasileira se beneficia duplamente desse esforço de abertura para a América hispânica: em parte, ao conquistar mais visibilidade e simpatias na região, em parte em se beneficiar do interesse que a região começava a despertar em certos intelectuais. Por exemplo, em 1903, Manoel Bomfim escreve, em Paris, *A América Latina, Males de Origem*, obra em que afirma que a América Latina tinha como tarefa vital mostrar ao mundo sua verdadeira situação política e social, para combater as falsas imagens do continente na Europa: “Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos [...]. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas²⁸”. E Bomfim conclui: “é lícito, pois acreditar que, um dia, a grande República possa mudar de proceder, e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina²⁹”. Cabia ao México e à Argentina – os “países mais progressistas” – liderar esse processo, secundados pelo Brasil e pelo Chile, com o objetivo de “avançar para o progresso, entrar no mundo, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres³⁰”. Recuperar a soberania, através do progresso e da organização, era então, para Bomfim, a única saída possível para a encruzilhada em que se encontravam as jovens nações do continente.

Tais idéias eram muito importantes, porque se opunham às de Gustave Le Bon³¹ e Gobineau sobre a inferioridade das raças mestiças, então de grande influência nos meios intelectuais americanos. Por exemplo, em 1903 o argentino Carlos Octavio Bunge publica *Nuestra America*, um estudo de caráter psicológico sobre as características dos povos hispano-americanos, no qual conclui que a origem de todos os “vícios” estaria na “mestiçagem” e na “educação espanhola”.

ENTRE CIÊNCIA E PROPAGANDA

Os convites para participar do 3º Congresso Científico Latino-Americano, redigidos pelo próprio barão do Rio Branco, são dirigidos aos governos das “Repúblicas Latino-Americanas” que, por sua vez, deveriam promover o concurso das “pessoas eminentes, corporações e institutos científicos” que comporiam as “delegações oficiais”. É importante lembrar que em 1903, quando os convites foram enviados, o Brasil possuía representação apenas na Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Peru. O presidente do Brasil e os ministros das Relações Exteriores, da Justiça e Negócios Interiores, da Indústria, Viação e Obras Públicas e da Fazenda, assim como todos os presidentes das demais nações participantes, e seus respectivos representantes junto ao Governo brasileiro, eram considerados Presidentes Honorários do 3º Congresso. Há três categorias de membros do congresso científico, todos eles com direito a voto: os representantes de sociedades científicas; os representantes de instituições de ensino e associações de natureza diversa; os participantes convidados sob proposta das comissões nacionais³². Por sediar o evento, o Brasil será o país mais representado em número de membros efetivos, tanto em representantes de instituições quanto participantes inscritos. Do total dos 697 participantes inscritos, 474 são brasileiros³³, e das 83 associações inscritas 44 são brasileiras³⁴.

São previstas três tipos de atividades: reuniões científicas; visitas específicas relacionadas com o interesse de cada área; e múltiplas excursões para todos os membros (Corcovado, Floresta da Tijuca, Ilha de Paquetá, Ilha do Vianna, Escola Naval, jardins públicos, Rio d’Ouro, Petrópolis, São Paulo). Apoiando totalmente a realização do Congresso no Brasil, caracterizado como um evento “exclusivamente intelectual científico”³⁵, Rio Branco fará apenas uma restrição: o governo brasileiro colaboraria com o evento, mas sem “a menor responsabilidade nas resoluções que o Congresso adotar, principalmente com relação a qualquer tese que afete a jurisprudência internacional³⁶”.

De fato, as questões previstas para discussão na plenária, ao fim das apresentações dos trabalhos nas sessões de Ciências Jurídicas e Sociais – que concentravam, junto às de Ciências Médicas, 45% das



Legenda



Legenda

memórias apresentadas – eram polêmicas e poderiam interferir na política exterior do país: a responsabilidade eventual dos governos pelas perdas e danos sofridos por estrangeiros em uma guerra civil; a constituição de uma polícia internacional preventiva da criminalidade; a determinação do tipo de reciprocidade, legislativa ou diplomática, na execução de sentenças estrangeiras; e a determinação das condições necessárias para o reconhecimento da personalidade jurídica internacional de um novo Estado independente, surgido por desagregação territorial de outros. O Congresso deveria servir essencialmente para apresentar uma imagem positiva do Brasil e da América Latina. Antonio de Paula Freitas, secretário da Comissão Diretora, considera-o como um meio de “propaganda útil e de grande alcance”³⁷ do movimento intelectual e científico latino-americano.

QUADRO 1 – PROGRAMA DO EVENTO

ÁREAS DO CONHECIMENTO	VISITAS
<i>Matemática pura e aplicada</i>	
<i>Engenharia</i>	<i>Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Repartição do Telégrafo, Corpo de Bombeiros, Escola Politécnica, Obras do Porto, Canal do Manguê, Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil</i>
<i>Ciências Físicas</i>	<i>Escola Politécnica</i>
<i>Ciências Naturais</i>	<i>Museu Nacional, Escola Politécnica, Gabinetes da Escola Politécnica</i>
<i>Ciências Médicas e Cirúrgicas</i>	
<i>Medicina Pública</i>	<i>Faculdade de Medicina, Instituto de Higiene, Santa Casa de Misericórdia, Profilaxia sanitária terrestre, Desinfetórios, Instituto Vacínico Municipal, Hospício Nacional de Alienados, Profilaxia sanitária marítima, Instituto de Manguinhos*, Hospital São Sebastião, Hospital Central do Exército, Hospital dos Lázaros</i>
<i>Ciências Antropológicas</i>	<i>Museu Nacional, Hospício Nacional de Alienados</i>
<i>Ciências Jurídicas e Sociais</i>	<i>Supremo Tribunal Federal, Casa da Correção, Gabinete Antropométrico, Hospício Nacional de Alienados, Escola Nacional de Belas Artes, Instituto de Música, Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Nacional</i>
<i>Ciências Pedagógicas</i>	<i>Internato do Ginásio Nacional, Asilo Gonçalves de Araújo da Candelária, Institutos Profissionais, Instituto Benjamim Constant, Instituto dos Surdos e Mudos, Escola Nacional de Belas Artes, Instituto de Música, Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Nacional, Pedagogium</i>
<i>Agronomia e Zootecnia</i>	<i>Sociedade Nacional de Agricultura</i>

Fonte: REUNIÃO DO CONGRESSO SCIENTIFICO LATINO-AMERICANO, 3., 1905, Rio de Janeiro. Relatório Geral: trabalhos preliminares e inauguração do congresso. Organizado pelo Dr. Antonio de Paula Freitas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 146-149.

Nota: * A visita ao Instituto de Manguinhos não foi realizada.

Há igualmente uma preocupação em evitar divisões e querelas de ordem política ou intelectual. O regulamento sobre os trabalhos submetidos à consideração do Congresso estabelecia uma hierarquia entre as questões: as que interessavam “à comunhão das nações latinas” e as outras, as que interessavam somente “a uma ou mais destas nações”. Apenas as primeiras, determinadas pela Comissão Diretora a partir das questões sugeridas pelas comissões nacionais, são discutidas e votadas nas respectivas sessões e submetidas à aprovação na sessão plena de encerramento. As demais somente serão votadas em sessão plena se os participantes da respectiva área solicitarem³⁸. Dessa maneira, garantia-se que as questões consideradas essenciais pela Comissão Diretora seriam discutidas prioritariamente. Fazem parte do elenco dessas questões a procura do método mais eficaz para a confecção de um mapa geral dos países latino-americanos; o estudo das fontes de energia hidráulica na América meridional, com objetivo de produzir energia elétrica; estudo das causas do desaparecimento do volume das águas e dos mananciais no Brasil; a conservação das matas e seu controle; projetos de ligação possível das bacias de navegação dos rios da Prata, Amazonas e Orenoco; traçado de grandes vias-férreas latino-americanas; progresso e desenvolvimento das ciências médicas e cirúrgicas na América Latina; questões relativas à criminologia; principais famílias lingüísticas da América Latina.

As questões mais polêmicas – como a origem dos povos latinos e sua formação, o papel da catequese dos indígenas, habitações para os operários, questões relativas aos últimos avanços científicos – ou muito específicas ficaram limitadas às sessões científicas. Dessa forma os congressos científicos latino-americanos terão apenas algum interesse científico até meados dos anos 20, período após o qual “eles jogaram sobretudo um papel de acontecimentos políticos”³⁹.

PAN-AMERICANISMO VERSUS LATINO-AMERICANISMO

Após o evento realizado em Buenos Aires, o Congresso Científico Latino-Americano se constituiu em entidade permanente, com um programa de reuniões periódicas em distintas capitais americanas. Dessa forma, o 2º Congresso foi realizado em Montevidéu (1901), o 3º Congresso no Rio de Janeiro (1905), e o 4º Congresso em Santiago de Chile (1908). Este último também será chamado de 1º Congresso Científico Pan-americano, contando com a participação dos Estados Unidos. O 2º Congresso Científico Pan-americano – que seria o 5º Congresso Científico Latino-Americano – foi realizado em Washington (1915). A partir do seguinte, em Lima (1921), retoma-se a numeração original com o nome de 6º Congresso Científico Americano. O 7º Congresso será no México (1935) e o 8º Congresso em Washington (1940)⁴⁰. Houve apenas dois Congressos Científicos Pan-americanos. O terceiro programado muda de nome para Congresso Científico Americano. Para estabelecer uma continuidade entre todos esses congressos, realizados sob diferentes denominações, ele será considerado o 6º Congresso Científico Americano.

O abandono, em 1908, da denominação “latino-americano” é carregado de simbolismos. É interessante ressaltar que na Argentina o mesmo fenômeno pode ser observado. Em 1910, a Sociedad Científica Argentina organiza, em Buenos Aires, no quadro dos atos comemorativos do centenário da Revolução de Maio, um congresso científico internacional americano. O evento, um dos maiores realizados até então na América, contou com mais de mil e quinhentos participantes, mais de duzentas associações representadas e mais de quinhentas comunicações relativas a 11 áreas do conhecimento⁴¹. Os anais formam uma coleção de 20 volumes.

É importante lembrar que o conceito “América Latina” surge na França de Napoleão III para legitimar, sob o manto de um suposto pan-latinismo em luta contra o expansionismo norte-americano, a efêmera aventura imperialista no México (1863-1867), quando o imperador francês tentou impor o arquiduque Maximiliano de Habsburgo como imperador do México. Carlos Calvo, historiador e diplomata

argentino, teria sido, segundo Guy Martinière⁴², o primeiro a utilizar o conceito, em 1862, na sua monumental obra *Recueil Complet des Traités, Conventions, Capitulations, Armistices et autres Actes Diplomatiques de tous les États de l'Amérique Latine*. Mais conhecido como o autor da chamada Doutrina Calvo – que determina que os investidores em países estrangeiros só podem apelar aos tribunais do Estado onde seus capitais estão investidos, impossibilitando assim a cobrança das dívidas pela força – o autor dedica seu *Recueil Complet des Traités* a Napoleão III, único soberano da Europa que teria “compreendido toda a importância da América Latina”. Outros autores, como Alexander von Humboldt e Michel Chevalier, já haviam mencionado a origem latina dos povos do Novo Mundo, em contraposição étnica aos anglo-saxões do Norte, mas Carlos Calvo foi o primeiro a utilizar o epíteto latino para definir o continente e não mais o povo.

Paulatinamente, a partir da publicação da obra de Calvo, o uso da denominação América Latina se impõe sobre outras como Hispano-América, América Meridional, América Espanhola, etc. Tal uso será combatido pela Espanha – dentro das concepções geopolíticas da época – em nome da hispanidade e de seus direitos de pátria-mãe. Em 1900, realiza-se em Madri um Congresso Hispano-Americano, no qual será aprovada a criação da Unión Ibero-americana, cujo propósito é promover o pan-hispanismo para contrapor-lo ao pan-latinismo e, sobretudo, ao pan-americanismo promovido nos Estados Unidos, desde 1889, pelo Secretário de Estado James G. Blaine.

Nas primeiras décadas do século XX, observa-se, no plano cultural, especialmente na América Hispânica, uma reação à expansão da cultura anglo-saxônica, representada pelo imperialismo norte-americano. Essa reação, de caráter nacionalista e conservador, questionava inclusive o próprio legado cultural europeu. A expressão América Latina é então rapidamente adotada, por permitir às jovens nações “sortir de la tutelle de la mère patrie ibérique et d’obtenir un statut international que le soutien de Londres n’était pas en mesure de hausser à ce niveau⁴³”. Porém, a latinidade reclamada adquire uma nova significação sob influência do positivismo, que promove a substituição da importância da herança católica e incorpora a ciência e o progresso como novos valores: “Les républiques d’Amérique devinrent ainsi des républiques latines, soeurs de la grande République française qui guidait le monde vers la Civilisation et le Progrès⁴⁴”.

Eduardo Prado, em *A ilusão americana*, escrito em 1893, prefere utilizar a denominação de “nações latinas”, de “legisladores latino-americanos”, de “países da América Latina”, de “república latino-americana” e mesmo de uma “história latino-americana”, para concluir: “Não há nação latino-americana que não tenha sofrido das suas relações com os Estados Unidos⁴⁵”. Para Prado, o espírito americano “é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade⁴⁶”.

O Brasil, parte da ibero-américa, não poderia ser definido, entretanto, como parte da hispano-américa. Mas o Brasil era considerado um país latino?

Manoel Bomfim, procurara, alguns anos depois da publicação de *A América Latina, Males de origem*, no seu livro *O Brasil na América*, definir em que a “Nação Brasileira” se diferenciava do restante dos povos “neo-ibéricos”. O livro começa com a seguinte afirmação: “Nós outros Argentinos, Peruanos, Brasileiros, Chilenos... que somos dos chamados *latino-americanos*, nunca pensamos em América Latina⁴⁷”. Para o autor, o conceito de América Latina não existia, pois havia simplesmente nações com diferentes origens – inglesa, espanhola e portuguesa – mas completamente diferenciadas entre elas. Não havia nenhuma homogeneidade latino-americana. O Brasil tinha sido pioneiro na elaboração de uma nova sociedade após três séculos de existência, com um “caráter nacional de perfeita unidade, nitidamente diverso”. O povo brasileiro não era o simples resultado da soma do português, do negro e do índio, mas sua combinação, originando um novo caráter: [...] mais do que os sangue, caldeiam-se as tradições, logo que raças diferentes se encontram. Combinam-se as qualidades de espírito, e completam-se as respectivas manifestações, numa expressão vivamente nova e original⁴⁸.

Por outro lado, a diplomacia brasileira parecia se sentir, no início do século XX, mais à vontade com a imagem de um Brasil apenas americano e não latino. Por exemplo, em 1909, é criada a *Revista Americana*, por iniciativa do barão do Rio Branco, com o objetivo declarado de promover a cooperação intelectual nos campos da educação, ciência e cultura. Na apresentação da revista, em seu primeiro número, não há nenhuma referência à latinidade. Joaquim Nabuco, autor do primeiro artigo: “A parte da América na civilização”, destaca a existência de duas Américas: a do Norte, objeto de sua análise, e a América Latina⁴⁹. Esta última, apesar de ter realizado “uma obra considerável de civilização”, estava ainda muito isolada e apenas havia brilhado no último Concílio do Vaticano, na segunda Conferência de Haia e na epopéia de Santos Dumont⁵⁰.

Alterando a trajetória de uma diplomacia essencialmente voltada para a Europa, no mesmo ano do 3º Congresso Científico Latino-Americano, o barão do Rio Branco nomeia Joaquim Nabuco como o primeiro embaixador brasileiro em Washington, onde até então só existiam sete embaixadas, sendo o México o único país da América Latina ali representado. Seguindo as regras da reciprocidade diplomática, os Estados Unidos respondem tomando a mesma medida no Rio de Janeiro, que passa a sediar a primeira embaixada norte-americana na América do Sul. Joaquim Nabuco – defensor da associação da América Latina com os Estados Unidos e crítico daqueles que consideravam que essa associação lembrava a da “bilha de barro com a de ferro”, da fábula de La Fontaine – estimava que essa aproximação deveria ir além das Conferências Pan-Americanas que, apesar de sua periodicidade, eram apenas “assembléias diplomáticas” e não bastavam para desenvolver, junto à opinião pública, a idéia de solidariedade continental⁵¹. O “sistema continental”, liderado pelos Estados Unidos, deveria garantir a integridade da América Latina e, nesse sentido, qualquer política brasileira de aproximação com a América Latina, que questionasse os Estados Unidos, seria uma política “insensata”⁵².

O Brasil aposta no Pan-americanismo e não no latino-americanismo. Por interferência de Joaquim Nabuco, a 3ª Conferência Internacional Americana é inaugurada no Rio de Janeiro, em 1906. O secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, dela participa, sendo essa a primeira visita oficial ao exterior de um titular dessa pasta. Para a ocasião, a fim de hospedar o conclave, foi remontado no Rio de Janeiro o pavilhão brasileiro da Exposição de 1904, em St. Louis. Utilizando o material do pavilhão demolido e seguindo o projeto original do general Marcellino de Souza Aguiar, no Brasil, recebeu o nome de Palácio Monroe⁵³.

A diplomacia de Rio Branco foi sempre “um equilibrado tributo ao realismo”⁵⁴. Nesse sentido, seu apoio ao latino-americanismo, explícito na própria denominação do 3º Congresso, não o impede de considerar a utilidade política da Doutrina Monroe e do pan-americanismo. Há uma interação possível entre as duas dimensões. Isto explica porque o barão do Rio Branco ressaltou, em seu relatório sobre o 3º Congresso, a intervenção de Carlos de Carvalho – ex-ministro das Relações Exteriores e substituto do marquês de Paranaguá na presidência durante a realização do evento –, que reagiu às considerações críticas do delegado de Cuba sobre a influência dos Estados Unidos no continente. Consciente da correlação de forças internacionais existentes naqueles anos, nos quais se vivia ainda a era do *Big Stick* e do Destino Manifesto, Rio Branco reproduziu e enfatizou a resposta de Carlos de Carvalho ao delegado cubano: “aquela nação nunca exerceu pressão alguma sobre soluções de negócios brasileiros, tendo até auxiliado a Chancelaria brasileira em soluções amigáveis de litígios iniciados”⁵⁵.

Rio Branco não questiona o “Corolário Roosevelt” à Doutrina Monroe, nem desaprova totalmente os métodos de ação do imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos, considerados o centro de um subsistema internacional de poder, no qual o Brasil está inserido, não são questionados. Rio Branco não acredita na possibilidade de se formar, no continente americano, um bloco de poder capaz de opor-se aos Estados Unidos, e aposta numa política que consiste em jogar o peso da influência dos Estados Unidos a favor do Brasil. Em janeiro de 1905 escreve: “A tão falada liga das repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e a falta de recurso de todos eles”⁵⁶.

É nesse sentido que se manifesta Carlos de Carvalho⁵⁷ no discurso inaugural do 3º Congresso – a sessão foi realizada no Teatro São Pedro de Alcântara – na presença do presidente da República, ministros de Estado e dos membros do corpo diplomático: seria um “delírio que talvez justificasse assistência, tutela ou intervenção” pensar que o Congresso poderia se constituir em “uma liga, anti-anglo-saxônica, latente, dissimulada, que do México à Terra do Fogo represente uma força centrífuga, um estado de antagonismo que preserve as Repúblicas em que se falam duas das línguas romanas contra a influência absorvente da União Americana [...]”⁵⁸.

Tal posição fará com que o Brasil seja visto com desconfiança pela América espanhola, acusado mesmo de preparar uma política imperialista, enquanto sócio menor dos Estados Unidos. E, nesse sentido, para José Honório Rodrigues⁵⁹ o americanismo de Rio Branco significou uma “deseuropeização” da política externa brasileira. Às mesmas conclusões chegará Clodoaldo Bueno⁶⁰, em seu estudo sobre a política exterior nos primeiros anos da República, ao constatar que nesse período ocorre uma “americanização” da diplomacia brasileira, em contraste com a tradicional ênfase dada pelo Império às relações com os principais países europeus.

Segundo a nova orientação, em 1904, o barão do Rio Branco envia ministros residentes para a Colômbia e Equador, países que até então dividiam o mesmo diplomata brasileiro e, em 1906, nomeia pela primeira vez representantes diplomáticos para a Costa Rica, Cuba, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá. Ficaram apenas sem representação diplomática brasileira Haiti e São Domingos. As prioridades estratégicas no hemisfério Sul eram as relações diplomáticas com a Argentina, o Chile e o Peru. Entretanto, desde o início de 1905, as relações com Buenos Aires esfriam, os argentinos se inquietam com o programa de expansão naval do Brasil que, por outro lado, tenta uma aproximação inequívoca com os Estados Unidos, que se materializará com a criação da embaixada brasileira em Washington, também em 1905.

Rubens Ricupero considera que o barão do Rio Branco formulou o primeiro paradigma global e abrangente do conjunto da política externa do Brasil. Esse paradigma tem um aspecto pragmático, mas também significa “um esforço constante de uma difícil harmonização entre os interesses dos Estados Unidos e os da América Latina”⁶¹. Na realidade, conclui o autor, nesse período o Brasil tenta frequentemente subordinar os interesses da América Latina aos dos Estados Unidos, como mostram vários episódios: “reconhecimento do Panamá, a aprovação do Corolário Roosevelt e da intervenção em Cuba em 1906, a rejeição da Doutrina Drago sobre cobrança de dívida”⁶².

Sob esse aspecto, a contribuição de Rio Branco para o pan-americanismo foi importante, não só por ter resolvido as várias questões de fronteiras com a América espanhola, condição *sine qua non* de qualquer entendimento fraternal, mas também por ter conseguido harmonizar a América espanhola com os Estados Unidos e, dessa forma, “os Estados Unidos foram mais bem aceitos pelo resto do hemisfério”⁶³. Gilberto Freyre sintetiza um dos traços da época: [...] crescente espírito de solidariedade com as Repúblicas americanas, especialmente com os Estados Unidos, como as nações que os brasileiros deveriam considerar particularmente associado o seu futuro republicano, industrial e progressivo, sem desprezar-se de todo a latinidade que o prendia à cultura latina, principalmente à França e à ordem Católico-romana⁶⁴.

Para José Honório Rodrigues, a história das relações internacionais, culturais ou políticas do Brasil passara sempre por uma alternância de períodos de introversão e extroversão. De 1902 até 1912, o Brasil passa por uma fase extrovertida, isto é, o isolacionismo é abandonado para atender a uma “necessidade de acumulação de poder”, consciente ou inconsciente, atendendo aos objetivos nacionais⁶⁵. Entretanto, essa abertura do Brasil para o mundo hispano-americano não se acompanhou de um interesse maior sobre a geografia, a história, a economia, a arte, a literatura etc. desses países. Isto explicaria porque foram pouquíssimos os autores que se interessaram por esse assunto nesse período: Manuel Bomfim – *América Latina*, publicado no Rio de Janeiro, em 1905; Sílvio Romero – *A América Latina*, no qual analisa o livro de Manuel Bomfim, foi publicado no Porto, em 1906; e Oliveira Lima – *Pan-Americanismo, Monroe, Bolívar, Roosevelt*, publicado no Rio de Janeiro, em 1907.

Em janeiro de 1900, Assis Brasil, representante do Brasil em Washington, propôs a abolição gradual das alfândegas entre o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai e a criação de uma, não bem definida, “confederação para fins pacíficos, com vistas ao intercâmbio comercial e à defesa mútua”⁶⁶. Essa proposta de *entente* do Brasil com a Argentina, Chile e Uruguai não teve acolhida imediata, mas será retomada, em 1909, pelo barão do Rio Branco, no seu projeto de Tratado de Cordial Inteligência e Arbitramento, projeto do Pacto do ABC, a ser assinado por Argentina, Brasil e Chile. Na realidade, a proposta foi estimulada pelos Estados Unidos como complemento de sua política pan-americana e fracassa por oposição da Argentina. Segundo Mario Rapoport e Eduardo Madrid, “enquanto Brasil e Chile buscavam construir uma coincidência de interesses no Cone Sul, em harmonia com o pan-americanismo norte-americano, a Argentina buscava desligar-se desses compromissos, esgrimindo princípios continentais igualitários, para evitar uma hegemonia regional subsidiária da norte-americana”⁶⁷.

Segundo Fernando Guimarães Reis, essa aparente homogeneidade de interesses dentro do Sistema Interamericano será apenas quebrada, formalmente, em 1967, na Conferência dos Chefes de Estado Americanos. A Declaração de Punta del Este é, de fato, o batismo da “unidade latino-americana”, distinta da “solidariedade dos povos americanos”⁶⁸. Essa diferenciação de interesses ficará finalmente plasmada na própria Constituição Federal do Brasil de 1988 (art. 4º, parágrafo único) que estabelece como um dos “Princípios Fundamentais” que devem reger as relações internacionais do país: “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Notas

(Endnotes)

* Cf. Reunião do Congresso Científico Latino-Americano, 3. 1905, Rio de Janeiro. ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; FERRÃO, Luiz Felipe Vieira (Coord.). Ed. fac. sim. Brasília / Rio de Janeiro: CGEE, MCT, MAST, 2002. 1

1 - Schroedder-Gudehus, Brigitte. Avant-propos. *Les relations internationales* (Les congrès scientifiques internationaux), Paris, n. 62, p. 111, verão 1990.

2 - Cf. Les Congrès internationaux de 1900 a 1919. Bruxelas: Union des Associations Internationales; Apud TAPIA, Claude; TAIEB, Jacques. Conférences et Congrès internationaux de 1815 à 1915. *Les relations internationales* (Diplomatie secrète et diplomatie ouverte), Paris, n. 5, p. 12, 1976.

3 - Reuniões de cientistas, em geral, pertencentes a uma mesma área do conhecimento.

4 - Reuniões de especialistas dedicados ao estudo de um problema técnico ou tecnológico determinado, por exemplo, os congressos internacionais de meteorologia; e reuniões de pessoas da mesma profissão para discutir questões ligadas à profissão, por exemplo, o Congresso Internacional dos Trabalhadores da Pedra, em Zurique, em 1903.

5 - Cf. Les congrès [...], op. cit., p. 28.

6 - Rasmussen, Anne. Jalons pour une histoire des congrès internationaux au XIXe siècle: régulation scientifique et propagande intellectuelle. *Les relations internationales* (Les congrès scientifiques internationaux), Paris, n. 62, p. 123-124, 1990.

7 - Roessler, Mechtild. La géographie aux congrès internationaux: échanges scientifiques et conflits politiques. *Les relations internationales* (Les congrès scientifiques internationaux), Paris, n. 62, p. 185-186, 1990.

8 - O Instituto Histórico y Geográfico del Rio de la Plata tinha sido fundado em 1854, tomando como modelo o ИИГВ. A instituição terá vida efêmera e, em 1860, desaparece, renascendo em 1893 como Junta de Numismática Americana para, no final do século, converter-se em Junta de História y Numismática Americana.

9 - Forest, Pierre-Gerlier. Le congrès des arts et des sciences de Saint-Louis. *Les relations internationales* (Science, techniques et relations internationales), Paris, n. 46, p. 150, 1986.

10 - Guillen, Pierre. Avant-propos. *Les relations internationales* (Science, techniques et relations internationales), Paris, n. 46, p. 128, 1986.

11 - No período de 1835 a 1913, as cidades que organizam o maior número de reuniões internacionais são: Paris (678), Bruxelas (272), Londres (242), Viena (94), Roma (64), Copenhague (59), Antuérpia (54) e Estocolmo (30). Tapia; Taieb, op. cit., p.17.

12 - Schroedder-Gudehus, Brigitte. *Les scientifiques et la paix*. La communauté scientifique internationale au cours des années 20. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 1978. p. 9.

13 - Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano. *1º Boletim*: trabalhos preparatórios até 31 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. p. 33.

14 - Discurso de Rio Branco pronunciado na sessão de abertura realizada em 6 de agosto de 1905. In: Reunião do Congresso Científico Latino-Americano, 3., 1905, Rio de Janeiro. *Relatório Geral*: trabalhos preliminares e inauguração do Congresso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Tomo I, p. 177. 1 CD. Edição fac-similar.

15 - Ibidem, p. 179.

16 - Ibidem, p. 178.

17 - Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 142-154.

18 - FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 146.

19 - Ibidem, p. 149.

20 - Burns, Bradford R. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo III: História geral da civilização brasileira. p. 395.

21 - BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.). *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz, 1990. p.36.

22 - Ibidem, p. 36-37. Grifo do autor.

23 - FREYRE, op. cit., p. 492.

- 24 - SKIDMORE, op. cit., p. 151.
- 25 - Ibidem, p. 154.
- 26 - O artigo de Rio Branco "O Brasil, os Estados- Unidos e o Monroísmo" foi publicado originalmente no *Jornal do Commercio* e reproduzido no número de abril-maio de 1912 da *Revista Americana*. Ver: *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual. 1909-1919. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 139. Edição fac-similar.
- 27 - FREYRE, op. cit., p. 442.
- 28 - BOMFIM, Manoel. *A América Latina*. Males de origem. Rio de Janeiro: A Noite [Editora], 1905. p. 21.
- 29 - Ibidem, p. 22.
- 30 - Ibidem, p. 406 e 419.
- 31 - Silvio Romero escreverá 25 artigos na revista *Os Anais*, publicados posteriormente em livro, desqualificando a obra de Manoel Bomfim e defendendo as idéias de Gustave Le Bon e Gobineau.
- 32 - Reunião do Congresso Científico Latino-Americano, 3, Rio de Janeiro, 1905. *Questionário geral e regulamentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 16. Ver também: Reunião do Congresso Científico Latino-Americano, 3, 1905, Rio de Janeiro. *Relatório Geral*: trabalhos preliminares e inauguração do Congresso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Ed. fac. sim. Tomo I, p. 51-126. 1 CD
- 33 - Os outros países são assim representados: Uruguai (80), Argentina (74), Chile (13), Peru (11), Paraguai (8), Colômbia (7), Bolívia (5), México (5), Equador (4), Costa Rica (3), Guatemala (3), Cuba (2), Honduras (2), Nicarágua (2), Venezuela (2), Haiti (1), São Salvador (1).
- 34 - Os outros países são assim representados: Uruguai (25), Argentina (5), Chile (4), Paraguai (4), Haiti (1).
- 35 - Carta n. 254 do marquês de Paranaguá ao barão do Rio Branco em 8 jun. de 1905. 3o Congresso Científico Latino-Americano. Rio de Janeiro, agosto de 1905. Correspondência. (Arquivo Histórico do Itamaraty).
- 36 - Ofício da Comissão Diretora ao presidente da República em 17 de fevereiro de 1903. In: Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano. *1º Boletim*. Trabalhos preparatórios até 31 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. p. 36.
- 37 - Ibidem, p. III.
- 38 - Terceiro Congresso Científico Latino-Americano. *Questionário geral e regulamentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. (Arquivo Histórico do Itamaraty).
- 39 - Paty, Michel. L'histoire des sciences en Amérique Latine. *La pensée*, Paris, n. 288 / 289, p. 29, jul./out. 1992.
- 40 - Cf. BABINI, José. *História de la ciencia Argentina*. Buenos Aires: La Fragua, 1954.
- 41 - Engenharia e, na terminologia da época, dez seções de ciências (físicas e matemáticas, químicas, geológicas, geográficas e históricas, antropológicas, biológicas, jurídicas e sociais, militares, navais, psicológicas, agrárias).
- 42 - Cf. Martinière, Guy. L'invention d'un concept opératoire: la latinité de l'Amérique. In: *Aspects de la coopération franco-brésilienne*. Transplantation culturelle et stratégie de la modernité. Paris / Grenoble: Maison des sciences de l'homme, Presses Universitaires de Grenoble, 1982.
- 43 - Ibidem, p. 30.
- 44 - Ibidem, p. 31. Grifo do autor.
- 45 - PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: IBRASA, 1980, p. 100.
- 46 - Ibidem, p. 171-172.
- 47 - BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 11. Grifo do autor.
- 48 - Ibidem, p. 17.
- 49 - A expressão América Latina não faz parte da retórica de Joaquim Nabuco. Por exemplo, no livro *Um estadista do Império* – 1a edição de 1897-99 – ele utiliza a expressão América Latina apenas uma vez. Ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 599.
- 50 - *Revista Americana*, op. cit., p. 35.
- 51 - Ibidem, p. 37-45, na qual a conferência foi reproduzida.
- 52 - CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 169.
- 53 - Cf. NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 65. BRENNNA, Giovanna del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos, uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 495.
- 54 - Reis, Fernando Guimarães. O Brasil e a América Latina. In: FONSECA JUNIOR, Gelson; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Org.). *Temas de política brasileira II*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 31.
- 55 - Arquivo Pessoal do barão do Rio Branco, Lata 854, Maço 02, pasta 05, f. 45. (Arquivo Histórico do Itamaraty).
- 56 - CERVO; BUENO, op. cit., p. 162-181.
- 57 - Substitui o marquês de Paranaguá, impedido de assistir à cerimônia por problemas de saúde.
- 58 - Ver anexo: Congresso Científico Latino-Americano, 3, 1905, Rio de Janeiro. *Relatório Geral*: Trabalhos preliminares e inauguração do Congresso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Tomo I, p. 163. 1 CD-ROM. Edição fac-similar.
- 59 - RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 29.
- 60 - Cf. Bueno, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- 61 - RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, Petrobras, 2000. p. 38-39.
- 62 - Ibidem, p. 40.
- 63 - BURNS, op. cit., p. 397.
- 64 - FREYRE, op. cit., p. 144.
- 65 - Rodrigues, José Honório. Conhecimento dos países hispano-americanos no Brasil. In: ENSAIOS livres. São Paulo: Imaginário, 1991. p. 124.
- 66 - BUENO, op. cit., p. 30.
- 67 - Rapoport, Mario; Madrid, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: HISTÓRIA do Cone Sul. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 250.
- 68 - REIS, op. cit., p. 34.

Artigo recebido em 10/2002. Aprovado em 12/2002